



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO
<http://www.sed.rct-sc.br/clipping>

Recortes de notícias sobre educação

Sobram vagas

Escolas não encontram professores

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br

e clicando em **IMPrensa**

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 1º/3/11



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Cidade	data: 1º/03/2011
Assunto: Escolas não encontram professores		Página: 7

SOBRAM VAGAS

Escolas não encontram professores

“
Não tem gente no mercado.

”
ÁUREA CARDOSO,
GERENTE DE
DESENVOLVIMENTO
HUMANO DA
REGIONAL DE
EDUCAÇÃO

FLORIANÓPOLIS – As escolas estaduais catarinenses ainda não estão com o seu quadro de professores completo. Depois de atrasar o início da contratação de docentes temporários, a Secretaria Estadual de Educação chamou todos os selecionados em uma prova no ano passado. Para as vagas que ainda restaram, convoca profissionais que não participaram dessa seleção e nem precisam ser habilitados – podem ser bacharéis e até estudantes. Mesmo assim, não se encontram professores.

A supervisora de Desenvol-

vimento Humano da Gerência Regional de Educação de Florianópolis, Áurea Cardoso, diz que na capital, faltam entre 10 e 12 docentes de física, química, matemática e inglês. A vice-coordenadora do Sinte-SC (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina), Janete da Silva, afirma que o problema é decorrente da desvalorização da profissão.

Falta de pessoal.
Na escola Henrique Stodieck, no Centro, está difícil achar um professor de artes para cobrir outro que pediu licença-prêmio. São 780 alunos desta disciplina



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 1º/3/10
Assunto: Faltam professores nas escolas estaduais		Página: 24

QUADRO INCOMPLETO

Faltam professores nas escolas estaduais

Desde o início das aulas na rede estadual, em 7 de fevereiro, há colégios no Estado ainda sem professores. Na Capital, por exemplo, os alunos do ensino médio da Escola Estadual Urbana Jurema Cavallazzi aguardam um professor de filosofia. De acordo com a Secretaria de Estado da Educação, chamadas públicas estão sendo feitas para resolver o problema.

Apresidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) de SC, *Alvete Bedin*, disse que num encontro com as 30 coordenadorias regionais, no último final de semana, pelo menos 90% delas reclamaram da falta de professores onde atuam.

Uma das regiões é Araranguá, no Sul do Estado. O coordenador regional Luiz Fernando Martins falou que mesmo depois da terceira chamada dos professores admitidos em caráter temporário (ACTs), feita na última semana, continuam faltando docentes:

– Agora eles estão sendo chamados por currículo. Duas áreas críticas são sociologia e filosofia. Desde que essas disciplinas tornaram-se obrigatórias, faltam profissionais.

Em Chapecó, os colégios estaduais Bom Pastor, Marechal Bormann e Professora Zélia Scharf aguardam professores de matemática e artes.

O concurso para docentes ACTs na rede estadual, realizado em outubro do ano passado, recebeu 33,9 mil inscrições. O resultado saiu em novembro.

Mesmo assim, a primeira chamada só aconteceu no final de janeiro.

– Primeiro tivemos que esperar as matrículas dos alunos e saber os professores efetivos que não iriam mais dar aulas, para depois distribuir as vagas entre os ACTs – justificou a diretora de Desenvolvimento Humano da secretaria da educação, Elizete Mello.

Em fevereiro, foram feitas mais duas chamadas. Cerca de 9 mil ACTs foram convocados. Como em alguns locais ainda faltaram profissionais, ele serão selecionados com base no currículo, em chamadas públicas que já estão acontecendo. Elizete não soube informar em quais das 36 gerências.

A diretora argumenta que a falta de professores é um problema pontual e que vai aparecer durante todo o ano.

– Sempre vamos ter um profissional que se afasta de licença médica, ou que desiste de dar aula – garantiu.

A ausência de docentes não é um problema único do Estado. Dados do último censo do ensino superior do Ministério da Educação mostraram que diminuiu o número de pessoas interessadas nos cursos de licenciaturas. Em 2005, quase 80 mil pessoas pegaram o diploma para dar aulas no Ensino Fundamental e Médio. Em 2009, o número caiu para 64 mil.

JÚLIA ANTUNESp



CLIPPING

Veículo: Jornal A Notícia	Editoria: AN <i>jaraguá</i>	Data: 1º/03/2011
Assunto: Termo prevê reforma geral		Página: 4

GUARAMIRIM

Termo prevê reforma geral

O termo de ajustamento de conduta (TAC) deu um prazo de 35 dias, que começou a contar ontem, para que o governo do Estado apresente um projeto de reforma total da escola.

As obras devem incluir melhorias nas fossas sépticas dos dez banheiros (cinco masculinos e cinco femininos) que foram desativados pela Vigilância Sanitária por causa de irregularidades no sistema de esgoto.

A partir de amanhã, os alunos vão usar outros cinco banheiros (dois masculinos e três femininos) que não foram interditados. “Como há menos alunos que o normal, acredito que esses banheiros atendam à necessidade emergencial”, afirma o promotor Belmiro Hanisch Júnior.

O promotor também pediu que a gerente de Educação, Deni Rateke, entregue um cronograma de recuperação dos 17 dias aulas dos 572 alunos que retornam à escola amanhã.

Conforme Deni, haverá aulas no feriadão do Carnaval e mais sete dias das férias de julho. Não é possível recuperar esses dias só em julho porque alunos e professores têm direito a férias no fim do primeiro semestre.

O restante do calendário ainda será definido pelo Estado, mas a gerente adianta que haverá aulas em feriados ou sábados. “Mas isso terá de ser bem planejado, porque não há transporte escolar nesses períodos”, afirma a gerente de educação

Pais foram à escola de manhã, antes da assinatura do acordo com o Ministério Público, para buscar informações sobre o recomeço das aulas. O aluno Otávio Augusto, 13 anos, foi com a tia Márcia da Silva, 45.

O garoto se mostrou preocupado com a recuperação dos dias parados. “Vamos ter de estudar aos sábados”, lamentou Otávio.



CLIPPING

Veículo: Jornal A Notícia	Editoria: AN <i>jaraguá</i>	Data: 1º/03/2011
Assunto: Educação		Página: 4

GUARAMIRIM

Acordo permite volta às aulas

Parte dos alunos da Escola Lauro Zimmermann retorna aos estudos amanhã

Depois de 17 dias sem aula, 572 alunos da Escola de Educação Básica Lauro Zimmermann, de Guaramirim, começam amanhã o ano letivo. A decisão foi divulgada ontem depois da assinatura de um termo de ajustamento de conduta (TAC), proposto pelo Ministério público à Secretaria Regional de Desenvolvimento de Jaraguá do Sul (SDR).

Se o governo não atender às exigências do TAC, o promotor Belmiro Hanisch Júnior vai entrar com uma ação contra o Estado. “Espero que o governo cumpra com os itens que foram estipulados”, disse a presidente da Associação de Pais e Professores da Lauro Zimmermann (APP), Maria Inês dos Santos. Ela também assinou o documento.

A gerente de Educação Deni Rateke e o secretário regional Lio Tironi, assumiram o compromisso de fazer algumas adaptações emergenciais no prédio até amanhã para que os alunos possam retornar às aulas com segurança. A escola foi interditada no dia 9 pela Vigilância Sanitária por causa de uma série de problemas.

“São medidas simples, como a revisão do telhado para solucionar o problema de infiltrações, avaliação da parte elétrica, revisão dos extintores, a colocação de alguns indicadores de saídas de emergência e a retirada dos botijões de gás de perto da salas de aula. Até amanhã (hoje), isso deverá ficar pronto e será avaliado pelos bombeiros”, contou o promotor. Ontem de manhã, operários de uma empresa contratada pelo governo do Estado estiveram na escola para fazer uma avaliação do telhado.

O uso da cozinha, que não tem pia para a higienização das mãos, ficará restrito à distribuição de alimentos, como sanduíches e frutas. Não será permitida a preparação de alimentos cozidos.

Apenas parte dos 934 alunos vai voltar para a escola. Outros 362 estudantes foram transferidos temporariamente para as Escolas Almirante Tamandaré e Alfredo Zimmermann. O ano letivo para esses alunos começou no dia 17 de fevereiro.



CLIPPING

Veículo: http://www.nota10.com.br/	Editoria: Brasil	Data: 1º/2/10
Assunto: Corte de R\$ 3 bi não afetará programas do MEC, diz Haddad		Página: Online

Corte de R\$ 3 bi não afetará programas do MEC, diz Haddad

O corte de R\$ 3 bilhões em despesas discricionárias do Ministério da Educação (MEC), anunciado ontem (28) pelo Ministério do Planejamento, não afetará os programas da pasta. O ministro Fernando Haddad, que está em Recife para participar da cerimônia de abertura do ano letivo da Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe), reafirmou que as ações previstas serão executadas.

Despesas discricionárias são aquelas em que o governo tem poder de deliberação sobre sua execução, de acordo com as prioridades, podendo ser objeto de contingenciamento. Por exemplo : gastos com diárias, passagens, compra de material e contratação de serviços.

De acordo com o MEC, do total a ser cortado, cerca de R\$ 2 bilhões são de emendas parlamentares. A pasta vai analisar quais tipos de despesa terá que cortar para fazer a economia referente ao R\$ 1 bilhão restante. O orçamento do MEC previsto para 2011 era de R\$ 69 bilhões.



CLIPPING

Veículo: Jornal O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 28/02/2011
Assunto: Corte em Educação está entre os três maiores, com R\$ 3,1 bi de redução		Página: online

Corte em Educação está entre os três maiores, com R\$ 3,1 bi de redução

Ministério de Cidades teve maior corte nominal devido à redução de R\$ 5,1 bi nas despesas com Minha Casa, Minha Vida

De acordo com dados divulgados, o maior corte em valores nominais foi o do ministério das Cidades, que terá menos R\$ 8,58 bilhões em sua disponibilidade para este ano. O alto valor foi determinado basicamente pelo corte em emendas parlamentares e pela redução de R\$ 5,1 bilhões nas despesas do programa Minha Casa, Minha Vida, que passou de R\$ 12,7 bilhões para R\$ 7,6 bilhões em 2011.

O segundo maior corte ocorreu no ministério da Defesa, com R\$ 4,38 bilhões. O terceiro maior foi no ministério da Educação, com R\$ 3,10 bilhões, seguido de Turismo, com R\$ 3,08 bilhões, Transportes, com R\$ 2,39 bilhões, Integração Nacional, com R\$ 1,82 bilhão, Justiça, com R\$ 1,53 bilhão, Esportes, com R\$ 1,52 bilhão, Agricultura, com R\$ 1,47 bilhão.

No grupo de ministérios com cortes abaixo de R\$ 1 bilhão se destacam Ciência e Tecnologia (R\$ 953 milhões), Desenvolvimento Agrário (R\$ 929 milhões) e Fazenda (R\$ 803 milhões).

Minha Casa, Minha Vida e o PAC

Apesar de ser contabilizado junto com o PAC até mesmo para efeitos de formação de superávit primário, por meio do abatimento que o Tesouro pode fazer nessa conta considerando os investimentos, a secretária de orçamento do Ministério do Planejamento, Célia Correa, afirmou que o programa habitacional do governo não deve ser considerado desta forma ao se analisar o corte. "O Minha Casa, Minha Vida inclusive é demonstrado à parte dos balanços do PAC", argumentou.

Somados os recursos para o PAC e o programa habitacional, o orçamento para esses investimentos caiu de R\$ 39,7 bilhões para R\$ 34,6 bilhões. Segundo Célia, a redução no Minha Casa, Minha Vida ocorreu porque a aprovação pelo Congresso da nova fase do programa ainda não saiu e, por isso, não haveria tempo para utilizar todos os recursos previstos anteriormente. "Não haverá descontinuidade ou redução do programa, não adiantava deixar esses R\$ 5 bilhões reservados", afirmou.

Ainda assim, o Minha Casa, Minha Vida terá R\$ 1 bilhão a mais do que teve em 2010, além de outros R\$ 9,5 bilhões em restos a pagar. Além disso, acrescentou, o corte no programa habitacional se trata de despesa de custeio e não investimento, pois será dado na subvenção concedida pelo governo para a construção de casas.



Comunicações sofre corte de 57,17%

O Ministério das Comunicações teve corte de R\$ 603,203 milhões no orçamento da pasta para 2011. Embora pareça menor em relação aos demais, o valor representa 57,17% do valor previsto inicialmente, de R\$ 1,055 bilhão. Assim, o montante previsto para a pasta, comandada pelo ex-ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, foi reduzido a R\$ 451,915 milhões.

No mês passado, quando questionado sobre cortes no orçamento da União, Bernardo expressou o desejo de não haver nenhum corte no Ministério das Comunicações, mas ponderou que, por ter atuado como fiscal do orçamento até pouco tempo atrás, ele seria o último da Esplanada que teria direito de reclamar de cortes, se houvesse.

O Ministério das Comunicações é responsável pela "menina dos olhos" da presidente Dilma Rousseff: o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), programa do governo que tem como meta levar internet rápida por um preço acessível para todos os municípios brasileiros.

No Ministério de Minas e Energia, o corte do orçamento foi menor: passou de R\$ 978,807 milhões para R\$ 741,936, o que representa uma redução de R\$ 236,871 milhões ou 31,93%.

Já o Ministério dos Transportes, que tem um dos maiores orçamentos, teve redução de 13%. O contingenciamento de recursos, porém, representou uma perda de R\$ 2,393 bilhões, baixando o valor destinado à pasta de R\$ 18,411 bilhões para R\$ 16,018 bilhões.

Detalhamento não considerou reajuste no IR

A revisão de 4,5% na tabela do Imposto de Renda prometida pelo governo no detalhamento do corte.

Segundo a Receita Federal, o reajuste da tabela deve ter um impacto fiscal de R\$ 2,2 bilhões em 2011. De acordo com Célia Correa, porém, isso só deverá ser considerado no relatório de programação orçamentária que o governo enviará ao Congresso Nacional no dia 20 de março.

"Houve um entendimento de que faríamos isso no próximo relatório", afirmou Célia. Ela argumentou que ainda não havia uma decisão sobre a revisão da tabela quando o corte foi definido.

Um eventual reajuste do Bolsa Família, no entanto, não deve alterar o relatório, uma vez que o benefício se trata de uma despesa discricionária, ou seja, o governo terá apenas que reequilibrar o gasto dentro do limite já estabelecido. Já os R\$ 5 adicionais à previsão inicial do salário mínimo de R\$ 540, e que acabou aprovado em R\$ 545 no Congresso, já haviam sido considerados no corte apresentado.

Segundo Célia, além de reestimar as despesas e receitas da União, o relatório também conterà os cortes dos outros poderes (Judiciário e Legislativo) que ainda não foram divulgados. Segundo ela, o corte nos demais poderes será proporcional ao seu tamanho.

Clipping

CNTE

Piso salarial do professor será de R\$ 1.187 em 2011

Data: 28/02/2011

Veículo: TODOS PELA EDUCAÇÃO

Editoria:

Assunto principal: CNTE
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS[Veja a matéria no site de origem](#)Tamanho da fonte

Reajuste foi de 15,85%; qual a sua opinião sobre o valor?

O Ministério da Educação (MEC) informou na quinta-feira (24) que, em 2011, o piso salarial do magistério será de R\$ 1.187,00, para uma jornada de trabalho de 40 horas semanais. O reajuste representa 15,85% de acréscimo com relação ao piso do ano passado.

O que você acha do piso salarial do professor? Comente

Segundo a pasta, o aumento reflete a variação ocorrida no valor mínimo nacional por aluno no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) de 2010, em relação ao valor de 2009.

A pasta afirma ainda que a nova remuneração está assegurada pela Constituição Federal e deve ser acatada em todo o território nacional pelas redes educacionais públicas, municipais, estaduais e particulares.

Diferenças de valoresA Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) defende outro piso para o magistério: R\$ 1.597,87. De acordo com nota no site da entidade, "a CNTE orienta a correção dos vencimentos mínimos iniciais das carreiras de magistério, em âmbito dos planos de carreira estaduais e municipais, neste ano de 2011, ao valor de R\$ 1.597,87, considerando a aplicação do percentual de 21,71% sobre R\$ 1.312,85, praticado em 2010". A entidade utiliza o reajuste do Fundeb de 2010 para 2011 em seu cálculo.

Já União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) orientou os secretários municipais a pagarem o valor de R\$ 1.181,00, segundo cálculos da entidade. "Somos favoráveis ao reajuste, até por conta da lei. Mas, no nosso entendimento, o piso depende dos valores executados no custo aluno do Fundeb e esses valores não foram publicados", disse Carlos Eduardo Sanchez, presidente da entidade.

Ele aponta que a diferença de R\$ 6 (de R\$ 1.187,00 para R\$ 1.181,00) pode gerar impacto na folha de pagamento das prefeituras. "Cada município deve ter uma gestão muito equilibrada do magistério, que priorize a possibilidade de ter uma rede enxuta e com conquistas de carreira garantidas para os professores." Dinheiro para os municípios Municípios e estados podem pedir verbas federais - há R\$ 1 bilhão reservado para este fim -, caso tenham dificuldades de pagar o piso salarial do magistério. De acordo com o MEC os critérios são os seguintes:

- Aplicar 25% das receitas na manutenção e no desenvolvimento do ensino.
- Preencher o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope).
- Cumprir o regime de gestão plena dos recursos vinculados para manutenção e desenvolvimento do ensino.

- Dispor de plano de carreira para o magistério, com lei específica.
- Demonstrar cabalmente o impacto da lei do piso nos recursos do estado ou município.

Os municípios e estados podem obter mais informações aqui.

Clipping

CNTE

Percepção de que educação brasileira melhorou é maior entre menos favorecidos

• Data: 28/02/2011
• Veículo: AGÊNCIA BRASIL
• Editoria:
• Assunto principal: ENSINO FUNDAMENTAL
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Alex Rodrigues

Repórter Agência Brasil

Brasília - Embora um levantamento divulgado hoje (28) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) indique que mais da metade da população brasileira considera que a educação pública se manteve igual ou piorou nos últimos anos, o mesmo estudo revela que entre os grupos menos favorecidos, como os de menor renda e escolaridade, a percepção é de que houve sim melhoras significativas quanto à qualidade de ensino nos últimos anos.

Enquanto entre os que ganham até dois salários mínimos 49,5% dos entrevistados responderam que as condições hoje são melhores e apenas 19,3% acreditam que houve uma deterioração do ensino, entre os que ganham acima de 20 salários mínimos o percentual de quem aponta uma piora sobe para 29,3% e os que dizem que houve uma melhora baixa para 46,7%, um índice ainda superior aos 43,4% observados entre os que recebem entre dez e 20 vezes o piso.

Segundo o coordenador de Educação do Ipea, Paulo Corbucci, a percepção da melhora é maior não apenas entre os que ganham menos e os negros, mas também entre quem vivem nas três regiões onde, historicamente, se concentram os piores indicadores educacionais do país: Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

"Nos últimos anos, os grupos menos favorecidos, como, por exemplo, os de renda mais baixa, tiveram uma melhora no acesso à educação, com melhores condições de ensino. Isso, obviamente, se reflete na percepção que essas pessoas têm em relação à qualidade", afirmou Corbucci, citando a ampliação do acesso à educação básica e à superior, além da implementação de ações afirmativas, como a do sistema de cotas para o ingresso de negros na faculdade.

Embora a maioria dos entrevistados de todas as cinco regiões considerem que o nível de ensino melhorou nos últimos anos, no caso das regiões Sul e Sudeste a quantidade de pessoas que dizem ter havido uma melhora (respectivamente, 42,9% e 40%) é menor do que as que consideraram que a educação continua igual ou piorou. Nas outras três regiões, o percentual dos que consideraram que o ensino melhorou ultrapassou os 54%, com destaque para a Região Centro-Oeste (62,9%).

A percepção da população é reforçada, em parte, em números do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), sistema de avaliação que já havia apontado para a evolução positiva nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Fruto, possivelmente, da ampliação de investimentos.

"Nas regiões Sul e Sudeste, onde os níveis de Educação já eram mais elevados, a possibilidade de melhora é menor. Já nas regiões onde essas condições eram mais precárias,

a [percepção] da melhora é maior", afirma Corbucci, não descartando a possibilidade de, conforme aponta o estudo, "estar havendo uma estagnação ou diminuição do ritmo de avanço da qualidade da educação em regiões onde os índices, apesar de melhores, ainda são inferiores aos patamares internacionais".

Já quando considerado o quesito cor ou raça dos entrevistados, as avaliações de entrevistados negros e pardos são mais positivas (50,9% de melhorou e 22,2% de piorou) que as dos brancos (46,4% e 26,6%, respectivamente). A percepção sobre a qualidade da educação também varia de acordo com a escolaridade dos entrevistados. Para 35,4% dos que têm nível superior completo ou pós-graduação, a educação piorou. Já entre aqueles que estudaram só até os últimos anos do ensino fundamental (5ª a 8ª séries ou 6º a 9º anos), apenas 21,4% têm a mesma opinião.

Edição: Talita Cavalcante

Clipping

CNTE

Uma nova chance

↳ Data: 01/03/2011
↳ Veículo: ZERO HORA.COM - RS
↳ Editoria:
↳ Assunto principal: ENSINO FUNDAMENTAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Leio que o MEC está recomendando às escolas abolir a reprovação nos três primeiros anos do ensino fundamental. A diretriz reprisaria o êxito de medida semelhante adotada em países como o Japão e a França, onde se renovou o interesse pela sala de aula e reduziu a evasão.

É uma antiga tentação brasileira transpor modelos externos prontos e acabados para a nossa realidade, como se a simples etiqueta estrangeira fosse garantia bastante e suficiente para resolver nossos problemas.

Quase sempre não é.

Quando cursei as séries iniciais do primário no Colégio das Dores, de Porto Alegre, os irmãos lassalistas costumavam distribuir pequenas estampas aos alunos que se destacavam em alguma matéria. Não era nada de fabuloso. Apenas um cão, um gato, um rádio, que contavam pontos para a premiação final.

Significavam muito. Queriam dizer que uma redação de português, uma prova de aritmética, um questionário de geografia estavam além da expectativa. E nós, os guris, nos sentíamos contentes por estar correspondendo ao que esperavam de nós.

Vários anos mais tarde, num outro colégio, adotaram as aulas livres de inglês. Não distribuíam estampas de cães ou de rádios, mas requeriam dissertações sobre as maravilhas de Londres. Em resumo, nos pediam que elogiássemos os prodígios daquela cidade, para comparar nossas composições com outras vindas do Egito, da Índia ou da Austrália.

Nada disso me tornou mais sábio. Mas me desafiou a explorar matérias que eu não percorrera. Me provocou a vencer obstáculos que eu desconhecia. Me instigou a encarar dificuldades que eu não havia transposto.

Voltando agora ao fim das reprovações, devo lembrar que houve uma calamitosa abolição das avaliações de leitura no Rio de Janeiro.

Não quero com isso dizer que vá acontecer sempre.

Mas se o sistema de reprovações funcionou até hoje, sem grandes traumas existenciais, não seria justo dar-lhe uma nova chance?

Clipping

CNTE

Pesquisa mostra que, para 48,7%, ensino melhorou

• Data: 01/03/2011
• Veículo: O GLOBO
• Editoria: O PAÍS
• Jornalista(s): Demétrio Weber
• Assunto principal: ENSINO FUNDAMENTAL
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Em levantamento do Ipea, as piores avaliações sobre setor foram registradas na Região Sudeste

Demétrio Weber

BRASÍLIA. Pesquisa de opinião divulgada ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que 48,7% dos brasileiros veem melhora na educação pública. Já para 24,2%, o ensino piorou. Para os demais 27,2%, a situação continua igual.

O levantamento ouviu 2.773 pessoas em novembro e faz parte do Sistema de Indicadores e Percepção Social do Ipea. Para 12,1%, a educação melhorou bastante. Para 13,1%, piorou bastante. Embora predomine a opinião de que o ensino público avançou, há diferenças nos recortes regionais, de renda e escolaridade.

Entre os entrevistados com pós-graduação ou nível superior completo, 35,4% disseram que a educação pública piorou. O índice mais baixo de avaliação negativa (21,4%) foi registrado entre os que cursaram até os anos finais do ensino fundamental.

A Região Sudeste lidera a avaliação negativa, com 36,1% dos entrevistados dessa região afirmando que o ensino piorou. O maior índice positivo é no Centro-Oeste, com 62,9%. O coordenador de Educação da Diretoria de Estudos Sociais do Ipea, Paulo Roberto Corbucci, diz que a pesquisa retrata a opinião da população:

- É pelo olho de quem está vendo. A gente pode levantar como hipótese que a melhora foi mais perceptível para aqueles que estavam na base da pirâmide, que tinham piores condições de acesso e permanência - diz Corbucci.

Clipping

CNTE

Ensino no país tem avaliação negativa

➤ Data: 01/03/2011
➤ Veículo: CORREIO DO POVO - RS
➤ Editoria: ENSINO
➤ Assunto principal: ENSINO FUNDAMENTAL
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que, para mais de 51% dos brasileiros, a Educação no país não melhorou. Dos 2.773 entrevistados, 27,3% avaliam que não houve mudanças na qualidade do Ensino; e 24,2%, acreditam que o sistema piorou. Para outros 48,7%, houve melhorias.

O Sudeste registrou o maior percentual de avaliações negativas: 36,1% acreditam que a Educação piorou. No Nordeste, esse grupo representa apenas 14% da população. No Centro-Oeste, com o maior índice de respostas positivas, 62,9% perceberam melhorias. Segundo dados do Ipea, o fato de os maiores índices de percepção de melhorias terem sido registrados nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte se deve, possivelmente, à ampliação dos investimentos nessas três regiões, já que é, justamente, lá onde se encontram os piores indicadores educacionais do país.

A percepção sobre a qualidade da Educação também varia conforme a renda e a escolaridade dos entrevistados. Para 35,4% dos que têm nível Superior completo, a Educação piorou. Entre os que estudaram só até os últimos anos do Ensino Fundamental, 21,4% têm a mesma opinião. Na faixa de 10 a 20 salários mínimos, verificou-se o maior índice de respostas negativas: 34,2% acreditam que o Ensino está pior. E na população com renda mensal de até dois salários mínimos, 19,3% têm essa percepção.

Dados do Ipea

- Para 48,7% dos entrevistados, a Educação brasileira melhorou.
- 27,3% não perceberam mudanças na qualidade do Ensino.
- 24,2% consideram que o sistema educacional piorou.
- O maior percentual de avaliações negativas está no Sudeste. E no Centro-Oeste está o maior índice de respostas positivas.

Clipping

CNTE

Bauer reclama que o reajuste do piso para magistério ainda é pequeno

* Data: 28/02/2011

* Veículo: ABC DIGITAL

* Editoria:

* Assunto principal: ENSINO MÉDIO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS[Veja a matéria no site de origem](#)Tamanho da fonte

Brasília - O aumento de 15,85% no Piso Nacional do Magistério, anunciado pelo Ministério da Educação, ainda é um valor pequeno, afirmou o senador Paulo Bauer (PSDB) em entrevista à Rádio Senado nesta segunda-feira (28). Em SC, onde foi secretário da Educação, "dos quase 70 mil professores, só 2.500 recebem valor próximo do Piso", disse.

Brasília - O aumento de 15,85% no Piso Nacional do Magistério, anunciado pelo Ministério da Educação, ainda é um valor pequeno, afirmou o senador Paulo Bauer (PSDB) em entrevista à Rádio Senado nesta segunda-feira (28). "É insuficiente para remunerar um trabalhador, um profissional, que tem importância fundamental na

construção da cidadania e do futuro do País", comentou.

O valor de R\$ 1.024,67 passou para R\$ 1.187,08 a partir de janeiro. Bauer considera que o MEC acertou ao definir o novo patamar ainda que usando um valor estimativo.

"Isso vai fazer com que em muitas cidades e estados sejam evitadas manifestações ou até mesmo greves", disse.

O senador acredita que muitos municípios vão pedir ajuda do Ministério, que reservou R\$ 1 bilhão para garantir o pagamento do Piso. "Em 2010, o MEC não repassou o que os municípios solicitaram porque a regra dizia que a cidade deveria ter pelo menos 30% da sua arrecadação destinada à Educação, quando a Constituição manda gastar 25%", comentou. A informação de que, após receber muitas reivindicações, o MEC estaria flexibilizando e reduzindo este percentual, vai merecer fiscalização constante por parte do senador. "Pois queremos que os municípios tenham uma boa educação e possam desenvolver bem o seu trabalho". Secretário de Estado da Educação em duas gestões do governo catarinense, Bauer destacou que em Santa Catarina o Piso é cumprido. "Dos quase 70 mil professores, só 2.500 recebem valor próximo do Piso. São aqueles que têm apenas a formação de

ensino médio, o antigo Curso Normal. Os demais, que fizeram Universidade, Pós-Graduação, todos ganham acima do valor básico", explicou.

Formação - Na entrevista, Bauer também falou sobre a importância da contínua formação dos professores. "É algo que depende da vontade de cada um, mas o governo também pode auxiliar. O Estado deve oferecer condições para que o professor se capacite sempre. Pois, a cada dia, o mundo avança e o professor precisa ter condições de acompanhar o desenvolvimento, as novas tecnologias", concluiu o senador.

Clipping

CNTE

O drama da avaliação (Tendências/Debates) (Artigo)

↳ Data: 01/03/2011
↳ Veículo: FOLHA DE S. PAULO - SP
↳ Editoria: OPINIÃO
↳ Jornalista(s): Arnaldo Niskier
↳ Assunto principal: ENSINO MÉDIO
ENSINO SUPERIOR
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Arnaldo Niskier

O Ministério da Educação não tem estrutura adequada para efetivar uma fiscalização competente, que abranja as 27 unidades da Federação

Durante séculos, deixamos de considerar a avaliação como um fenômeno necessário na educação brasileira. De 20 anos para cá, no entanto, como pudemos verificar durante o tempo em que estivemos no Conselho de Educação, passamos a dar relevo à matéria, a começar pelo ensino superior.

Temos lembrança de um denso trabalho feito pelo então conselheiro Ib Gatto Falcão, sob o título "Avaliação continuada do ensino superior brasileiro", aprovado por unanimidade pela Câmara de Ensino Superior e pelo plenário do órgão normativo, que acabou depois dormindo nas gavetas do Ministério da Educação, como era hábito.

O assunto voltou com força, sobretudo nos últimos anos, na gestão do ministro Haddad, com a generalização dos procedimentos em todos os níveis de ensino.

Nesse assunto, o que tem acontecido é uma série de falhas (não é falta de sorte) na condução dos vários exames, com destaque para o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), que envolve mais de 3 milhões de jovens de ensino médio, o Enade (para o ensino superior) e o ProUni, hoje com mais de 1 milhão de inscrições no país inteiro.

Erros conceituais, além de um precário sistema de utilização dos recursos da informática.

Tudo isso tem gerado uma grande insatisfação por parte de usuários do sistema, alunos e professores, colocando em risco a sua necessária continuidade.

Entidades com a credibilidade de sindicatos patronais, como as confederações nacionais, vêm se debruçando sobre esses problemas -e disso resultou uma série de sugestões ao governo, de que daremos exemplos a seguir, para permitir o seu aperfeiçoamento.

Antes, convém frisar que o tema foi exaustivamente debatido em reuniões coordenadas pelo ex-ministro Ernane Galvêas, com sua imensa experiência de homem público. Está mesmo a merecer os reparos indicados: 1. O Ministério da Educação, num país de 190 milhões de habitantes, não tem estrutura adequada para efetivar uma fiscalização competente, que abranja as 27 unidades da Federação e um universo de quase 60 milhões de estudantes;

2. As provas do Enem demonstram que não há infraestrutura que isente o processo de erros lamentáveis e que não existe a conveniente inteligência tecnológica e logística;



3. Os exames devem ter menor periodicidade, e não serem feitos de forma anual;

4. A aventada ideia da criação da "Concursosobras" é profundamente negativa, pois ativa a burocratização sem a garantia de resultados compatíveis com as nossas esperanças, além de envolver custos desnecessários;

5. Se a execução deve ser descentralizada, a elaboração das provas poderia ficar sob responsabilidade do Ministério da Educação;

6. Poder-se-ia acreditar uma universidade pública em cada unidade federativa como polo para aplicação das provas, como ocorre nos Estados Unidos da América. Dessa maneira se garantiria a necessária descentralização.

*ARNALDO NISKIER, doutor em educação, é membro da Academia Brasileira de Letras e presidente do Ciee (Centro de Integração Empresa-Escola)/Rio de Janeiro.

Clipping

CNTE

Sudeste é mais pessimista com o ensino público

↳ Data: 01/03/2011
↳ Veículo: O ESTADO DE S. PAULO - SP
↳ Editoria: VIDA
↳ Jornalista(s): Luciana Alvarez
↳ Assunto principal: ENSINO SUPERIOR
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Entre os moradores da região mais rica do País, 36% dizem que a educação pública piorou, diz pesquisa do Ipea

Luciana Alvarez - O Estado de S.Paulo

Uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre a percepção da sociedade em relação à educação, divulgada ontem, mostra que os moradores do Sudeste têm a visão mais pessimista em relação à evolução do ensino público. Na região, 36,1% disseram que a educação piorou - em nenhuma das demais regiões o índice chegou aos 20%.

O Sudeste também apresentou o mais baixo índice dos que acreditam que a educação melhorou: 40%. No Centro-Oeste, com a maior taxa, 62,9% disseram que o ensino está melhor. Segundo Paulo Corbucci, pesquisador do Ipea que coordena a área de educação, as diferentes percepções regionais "fazem sentido" por causa da situação desigual do ensino no País.

"Nas regiões onde as condições eram piores, as melhorias são mais sentidas", explica Corbucci. "Há 15 anos, por exemplo, você tinha um problema grave de acesso à escola, em especial no Nordeste. Hoje houve uma aproximação dos patamares das Regiões Sul e Sudeste."

No estudo, quanto maior o nível de instrução e renda dos entrevistados, maior foi a porcentagem de respostas negativas. Dos pesquisados com curso superior completo, 35,4% afirmaram que a educação havia piorado, contra somente 21,4% daqueles com escolaridade da 5.ª à 8.ª série.

Dos que ganham de 10 a 20 salários mínimos, 34,2% consideram que o ensino está pior; dos que têm renda de até dois salários mínimos, a porcentagem foi de 19,3%.

ProUni. O Programa Universidade para Todos (ProUni) foi o que apresentou a maior visibilidade, com 61% dos entrevistados afirmando conhecê-lo - sendo que 80% disseram não ser bolsistas do programa nem ter amigos ou parentes que sejam. "O ProUni está muito na mídia, sobretudo na televisão. Além disso, é algo relativamente novo. O programa de merenda escolar beneficia um número muito maior - cerca de 30 milhões -, mas existe há décadas, é visto como parte da escola", afirma Corbucci.

A pesquisa, com 2.773 pessoas, foi feita entre 3 e 19 de novembro de 2010.

Clipping

CNTE

Projeto cria o Programa Nacional do Passe Livre Estudantil

• Data: 28/02/2011
• Veículo: AGÊNCIA CÂMARA
• Editoria:
• Assunto principal: FNDE
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Tramita na Câmara o Projeto de Lei 79/11, do deputado licenciado Paulo Tadeu (PT-DF), que cria no âmbito do Ministério da Educação o Programa Nacional do Passe Livre Estudantil. O programa beneficiará alunos dos ensinos público e privado com a isenção total do pagamento da tarifa de transporte público coletivo.

Segundo a proposta, a União, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), passará a conceder subvenção financeira, em caráter suplementar, ao Distrito Federal e a municípios que aderirem ao programa.

Repases

O texto do projeto determina que o repasse dos recursos financeiros seja realizado em parcelas e calculado com base no número de alunos beneficiados pelo programa, observada a contrapartida do município ou do Distrito Federal. O recebimento dos recursos federais ficará condicionado à adesão total ou parcial ao regulamento do programa.

A proposta estabelece também que o Programa Nacional do Passe Livre Estudantil seguirá as mesmas normas, com as adaptações necessárias, previstas na Lei 10.880/04, que instituiu o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate).

Ao mencionar o princípio constitucional que obriga a União a aplicar anualmente nunca menos de 18% e os estados, o Distrito Federal e os municípios não menos de 25% da receita líquida de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, o deputado afirmou que o Poder Legislativo já avançou significativamente no sentido de aumentar os investimentos em educação.

"Agora temos a chance de avançar ainda mais, pois sabemos que ainda há muitos alunos da rede pública que precisam tomar ônibus para se deslocar até as escolas, mas não têm como arcar com essa despesa", disse Tadeu.

Tramitação

O projeto tramita pelas comissões de Viação e Transportes; de Educação e Cultura; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania; em caráter conclusivo. Rito de tramitação pelo qual o projeto não precisa ser votado pelo Plenário, apenas pelas comissões designadas para analisá-lo. O projeto perderá esse caráter em duas situações: - se houver parecer divergente entre as comissões (rejeição por uma, aprovação por outra); - se, depois de aprovado ou rejeitado pelas comissões, houver recurso contra esse rito assinado por 51 deputados (10% do total). Nos dois casos, o projeto precisará ser votado pelo Plenário..



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Informe Político	Data: 1º/3/10
Assunto: Diversos		Página: 8

Com a cara do governador

O projeto de reforma na estrutura do governo que chega à Assembleia hoje, pelas mãos dos secretários Ubiratan Rezende (Fazenda) e Antônio Ceron (Casa Civil), exprime o pensamento e o estilo de governar de Raimundo Colombo. O formato do que o Centro Administrativo prefere chamar de ajustes é mais austero, com ênfase para áreas consideradas essenciais pelo governador e que ganharão espaço nas pastas da Defesa Civil e Justiça e Cidadania, com autonomia financeira e de ação.

Ubiratan Rezende, que confirma um corte de 330 cargos e a criação de 125, alerta que mudanças que parecem superficiais, como as trocas de nomenclatura da pasta ocupada por Ceron, Articulação e Coordenação para Casa Civil, e dos cargos de diretor-geral de todas as secretarias para secretário adjunto, têm um forte apelo conceitual. Ou seja, a Casa Civil terá efetivo papel de negociação com a Assembleia, além de gerenciar os atos de nomeações e envio de projetos governamentais; e os secretários adjuntos passam a ter outro status na gestão de Colombo, inclusive com salários diferenciados.

No contexto, os movimentos do governo do Estado, contidos nos ajustes, parecem modestos se comparados com as reformas aprovadas nas gestões do então governador Luiz Henrique. Mas merecem especial atenção por estabelecer uma nova relação com o cidadão. O exemplo clássico disso é a Secretaria da Justiça, que será responsável por um dos problemas mais claros vividos pela sociedade catarinense: o sistema carcerário e o trabalho preventivo para diminuir os impactos da criminalidade entre crianças e adolescentes.

Em um primeiro momento, a economia de R\$ 30 milhões, em 2011, é um referencial e, em futuro próximo, devem ter repercussões maiores instrumentos que trazem modernização do Estado, como o governo eletrônico. O pacote, que passará pelo crivo do Legislativo, parece ser o primeiro de uma série.

FESTA PARA COLOMBO

Os funcionários da Casa d'Agrônômica deram um bolo de presente ao governador Raimundo Colombo, ontem, quando o chefe completava 56 anos. A homenagem alegrou Colombo. Longe do parabéns a você, o governador teve um dia cheio, com a difícil tarefa de dar um basta nas indefinições das secretarias regionais, o que não se efetivou. Colombo cancelou o encontro que teria, no final da tarde, com a bancada do DEM. Os assuntos do partido ficam para hoje, na reunião da executiva estadual, em Florianópolis. O grande



momento será o debate sobre o futuro da sigla, que ainda reage à saída do prefeito Gilberto Kassab.

O problema

O grande temor dos parlamentares e líderes do DEM com a formação do PDB é o esvaziamento da bancada federal e a conseqüente fragilização no cenário nacional. Menos representatividade significa perda de espaço na TV e diminuição do fundo partidário.

A solução

Pelo momento em que vivem em Santa Catarina, os demistas veem amplas vantagens pela frente, com o projeto da reeleição de Colombo e o encaminhamento positivo de alianças nas principais cidades do Estado já no ano que vem. A questão é ter um projeto nacional para 2018 ou quem sabe em 2014, o que depende do desempenho do governo de Dilma Rousseff (PT).

Além disso, muitos integrantes do DEM apostam em uma grande mudança na reorganização de forças na Câmara com a possível decisão do STF de que os suplentes dos partidos devem tomar posse, o que provocaria uma imediata reação entre as legendas menores, forçadas a estudar a fusão ou a debandada para um novo partido.

Contraponto

O deputado Aldo Schneider (PMDB) esclarece que, em momento algum, durante a campanha do ano passado, recebeu adesivos ou qualquer propaganda da então candidata ao governo pelo PT, Ideli Salvatti.

E acrescenta que isso foi comprovado por Raimundo Colombo (DEM) e até pelo ex-prefeito de Ibirama Genésio Ayres Marchetti (DEM), que, ao cumprirem o roteiro pela região do Alto Vale do Itajaí, em um deslocamento entre os municípios de Presidente Getúlio e José Boiteux, estavam no carro de Aldo.

– Fui secretário regional por oito anos e tenho uma boa relação com Ayres Marchetti – sintetizou Aldo.

E mais

Quem saiu em defesa de Aldo Schneider foi o vice-governador Eduardo Pinho Moreira.



Para Moreira, a tentativa de colocar o deputado peemedebista em situação difícil diante do impasse na regional de Ibirama é uma injustiça. Aldo reivindica a regional na sua base e diz que aceitaria uma eventual destinação do posto ao DEM.

Papel legislativo

A maioria de 31 deputados em plenário facilitará a aprovação do projeto de ajuste do governo. Mas não impedirá que os parlamentares façam correções e mudanças.

O secretário Ceron já declarou que não deve ser uma tramitação acelerada. O certo é que algumas das mudanças exigem rapidez para a implantação ou a deputada Ada de Luca (PMDB) ficará mais tempo em plenário até a criação da pasta da Justiça e Cidadania.

Epílogo

A manhã e a tarde de ontem foram movimentadas no Centro Administrativo. A primeira reunião para debater a repartição das últimas 10 regionais não evoluiu. No hall, o deputado Dado Cherem e o presidente da Casan, Dalfrido Beber, tucanos de alta plumagem, confirmavam que o governador e o vice decidiriam a pendenga entre os aliados. O deputado José Nei Ascari (DEM) também participou do encontro.

Em outro ponto do prédio, à saída do gabinete de Pinho Moreira, o deputado Valdir Cobalchini (PMDB), secretário de Infraestrutura, e que pleiteia a pasta de Caçador, não parecia muito satisfeito. Era acompanhado por um grupo de correligionários da região, que defende a permanência de Gilberto Comassetto.

Mais tarde

No início da noite, Eduardo Pinho Moreira confirmou que, hoje, devem ser anunciados mais três nomes de secretários regionais, e só.

Mas a lista com os mais problemáticos só deve sair na sexta-feira, quando ele e Colombo devem conversar. Pinho Moreira estará em Brasília e, na quarta-feira, para conversar com o deputado Mauro Mariani, que afirmou que o DEM engana o PMDB nas nomeações de cargos. Moreira deve se encontrar, ainda, com o vice-presidente da República, Michel Temer, presidente licenciado do PMDB, para selar a paz. Vem aí o retorno de Moreira à presidência estadual peemedebista.



Na batalha

Para viabilizar uma proposta de emenda constitucional (PEC), o deputado Padre Pedro (PT) segue na coleta de assinaturas entre os deputados para suprimir o artigo 195 da Constituição do Estado.

É o que garante o salário vitalício aos ex-governadores (R\$ 24 mil por mês). O parlamentar tem um histórico pela derrubada do benefício e já propôs ações no Judiciário sobre o assunto.

CPMF

O secretário de Comunicação do PT catarinense, Murilo Silva, resume o que deve levar o Palácio do Planalto a reeditar um imposto com as características da extinta CPMF. Silva acredita que o cerne da análise está nos chamados liberais, que o petista considera radicais, sustentarem uma “ficção em torno do movimento contrário à contribuição, tentando popularizar uma bandeira elitista”.

E lembra que a movimentação bancária dos 10% mais ricos recolhia 61%. Pessoas físicas contribuía com 28%, enquanto as empresas contribuía com 72%. Deste volume, somente 17% representava a contribuição dos que ganhavam mais de R\$ 100 mil anuais.

“O Luiz Henrique tem um estilo mais solto, de delegar. O Colombo é centralizador.”

UBIRATAN REZENDE, secretário da Fazenda, sobre um dos pontos que exige a adequação do novo governo.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Cláudio Prisco	Data: 01/03/11
Assunto: Diversos		Página: 19

PP NACIONAL COM COLOMBO

Depois de ter se reunido à luz do dia com dirigentes do PP e também com os deputados estaduais, Raimundo Colombo optou pela discrição ao conversar com lideranças nacionais. O encontro reservado ocorreu na quinta-feira passada, no Palácio Residencial, com a presença do líder na Câmara, Nelson Meurer (PR), levado pelo seu antecessor, João Alberto Pizzolatti, além do catarinense Aldo Rosa, integrante da executiva nacional. O trio progressista colocou a sigla à disposição do governador, em Brasília. Hoje, com uma bancada de 44 deputados, o PP poderia ajudar a abrir o canal com o governo Dilma. A abertura para Colombo seria providencial, já que PSDB e DEM fazem oposição no plano federal e o PMDB vive drama de consciência, uma vez que alguns peemedebistas são governistas e outros nem tanto. Representando o senador Francisco Dornelles (RJ), Aldo Rosa convidou Raimundo Colombo para uma visita formal ao comando nacional do PP, em Brasília, em mais uma aproximação entre liberais e progressistas.

Formulação

“Adequação administrativa”. É assim que o secretário Ubiratan Rezende (Fazenda) define os ajustes que serão submetidos aos deputados estaduais, que ainda em março colocarão em votação. Em relação ao que já estava pré-anunciado, nenhuma grande novidade. Bira acredita ser fundamental que a máquina estadual esteja de acordo com o estilo do novo governador, além de honrar compromissos assumidos durante a campanha eleitoral.

Além da criação da Secretaria da Defesa Civil, o desmembramento da Justiça e Cidadania e da remodelação da SC Parcerias, a constituição de Diretoria de Micro e Pequenas Empresas. E ainda: mudança conceitual da Casa Civil, que será fortalecida com Diretoria de Direitos Humanos e Integração Racial. A Pesca será embutida na Secretaria da Agricultura. “Governo mais inteligente e enxuto, devendo economizar R\$ 19 milhões por ano”, assegurou Ubiratan Rezende.

O Centro de Informática e Automação de Santa Catarina (Ciasc) tem, a partir de hoje, novo presidente. Trata-se do coronel João Rufino de Salles, que atuou por longos anos no serviço de inteligência do Exército. Escolhido por Ubiratan Rezende, está trocando Brasília por Florianópolis com a missão de viabilizar o programa de governança eletrônica. Terá como braço direito Paulo Luna, homem da confiança do titular da Fazenda.



ADVERTÊNCIA

“Se deixarmos correr solto, eles (liberais) vão nos engolir. Temos que ficar vigilantes”, alertou Mauro Mariani (de pé), observado por peemedebistas. À direita, Antonio Aguiar.

Preocupação

O ex-senador Jorge Konder Bornhausen dissociou-se do projeto do prefeito Gilberto Kassab, ao desaconselhar a fundação da nova legenda. Além de dificuldades operacionais, JKB identifica entraves políticos. Bornhausen crê que Kassab terá dificuldades para assegurar 490 mil assinaturas em pelo menos nove Estados, como exige a lei. Ao adotar essa postura, Jorge Bornhausen não poderá mais ser acusado de coveiro do DEM (ex-PFL), partido que presidiu durante mais de 15 dos 25 anos de existência.

Disparos

O PMDB de Irineópolis promoveu, no fim de semana, mobilização de lideranças, militantes e convidados dos municípios vizinhos, que reuniu mais de 400 peemedebistas. Em discussão, metas eleitorais do partido para 2012.

O que mais surpreendeu a todos foi o discurso do deputado federal Mauro Mariani, que reclamou do tratamento dispensado pelo governo do Estado ao PMDB, no processo de indicação de nomes aos cargos de primeiro, segundo e terceiro escalões. “O PMDB ganhou funções subalternas e os melhores espaços estão sendo ‘loteados’ para pessoas do partido (DEM) que governa o Estado. Se quisermos voltar a governar Santa Catarina, temos que começar por aqui, e em cada um dos municípios do Planalto Norte”, aconselhou Mariani.

Está cada dia mais difícil acreditar em uma janela para a desfiliação partidária. Os partidos com média de 30 a 40 parlamentares eleitos correm o risco de serem engolidos pelo PT e PMDB, que hoje dão as cartas no governo federal. Não há como admitir a proposta do término do coeficiente eleitoral, vez que os eleitos não têm interesse em mudar o jogo do qual se beneficiam.

Limitação

É arriscada a operação de transferência de lideranças municipais do DEM para o Partido da Democracia Brasileira, a ser comandado pelo prefeito Gilberto Kassab (São Paulo). É que o tempo de rádio e televisão ficaria no partido de origem (DEM), restando aos candidatos do PDB curta participação na propaganda eleitoral.

Já deputados estaduais e federais, além de senadores e governadores, não enfrentariam essa dificuldade, já que só serão candidatos em 2014, quando aí a fusão com o PSB já terá sido sacramentada.



Ameaça

Sondagens junto ao Tribunal Superior Eleitoral sinalizaram que risco jurídico zero na empreitada de formação da nova sigla exige se submeter a pelo menos uma eleição, sob pena de o TSE interpretar a cartada como manobra para driblar a regra da fidelidade partidária.

Por isso, prefeitos e vereadores de Santa Catarina tem se manifestado reticentes à tese da mudança de legenda, mesmo convencidos de que o DEM já deu o que tinha que dar, sem perspectiva de dar a volta por cima.

CRIADOR E CRIATURA

Ao comemorar ontem seus 56 anos, Raimundo Colombo recebeu Luiz Henrique para o almoço, no Palácio Residencial. O senador presenteou o governador com uma gravata importada.

ATENÇÃO

Kennedy Nunes (PP) já foi alertado que deveria pensar duas vezes antes de embarcar na canoa liderada por Gilberto Kassab.

FÍGADO

Kennedy Nunes poderia estar sendo levado pelo impulso, considerando que boa parte do PP de Joinville está atrelada ao projeto de reeleição de Carlito Merss, desafeto dele.

SINUCA

Como o eleitor poderá entender a fusão do PDB (apêndice do DEM) com o PSB, organizado pelo esquerdista Miguel Arraes?

DOBRADINHA

Hoje, quando entregar a minirreforma para Gelson Merísio, Ubiratan Rezende estará na companhia do secretário Antonio Ceron (Casa Civil).

CONVITE

Rogério Mendonça (PMDB) recebeu convite de Jean Kuhlman (DEM) para integrar a Frente Parlamentar pela Duplicação da BR-470.

PRESSÃO

O peemedebista aceitou e já lançou o desafio da Câmara: “Ou o governo federal se agiliza ou a iniciativa privada fará a obra, cobrando depois pelo trabalho”.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 01/03/11
Assunto: Diversos		Página: 02

A cara do Colombo

Os deputados vão se debruçar a partir de hoje no projeto que foi costurado pelo Grupo Gestor, nos últimos dois meses, e coordenado pelo secretário da Fazenda Ubiratan Rezende que vai dar uma cara diferente ao governo de Santa Catarina: a cara do Colombo. Não se trata exatamente de uma reforma administrativa, mas de uma adequação que englobe as promessas de campanha e principalmente permita uma maior aproximação com a sociedade. Ou seja, governar para as pessoas, com as pessoas. Essa foi a tônica do trabalho. Um exemplo está na promessa das prioridades, entre elas, a segurança. O ajuste permitirá a formação de um tripé partindo da Segurança, passando pela Justiça e Cidadania, agora desmembrada, e da Defesa Civil, que está sendo criada. O compromisso é o cidadão, sempre. Outra adequação é a chegada da Diretoria que vai se dedicar ao micro e pequeno empresário que funcionará na Secretaria de Desenvolvimento Sustentável. A Agricultura agregará a Pesca, que terá uma Diretoria de Agricultura Familiar e Pesca. Resumindo: Traz as pessoas para dentro do governo, dando voz a vários segmentos. A questão na está na extinção de 300 cargos, entre eles, vários comissionados, a maioria da Fazenda. Muito menos na criação de outros 200 de função gratificada para atender os espaços criados, mas na maneira de governar. A proposta tem essa responsabilidade de adequar o aparato administrativo ao estilo do governador e maior participação da sociedade. Isso é que será debatido, muito além de cargos que atendam o poder de barganha do corporativismo. Não deixa de ser uma mudança positiva. Vamos esperar na prática.

O país do jeitinho

A Constituição determina um limite para o salário de autoridades públicas. Seria o teto constitucional. O STF, que deveria dar o exemplo, está burlando a Constituição ao pagar além do limite previsto pela lei? Não, claro que não. Apenas encontrou uma brecha e deu um jeitinho. Pagou R\$ 5 mil a mais do que os R\$ 26,7 mil impostos pela Constituição. Sabe qual o argumento? Esses valores não incidem no teto, pois são abonos, auxílios e adiantamentos. Definitivamente o brasileiro é de uma criatividade latente, principalmente, tratando-se de dinheiro público. Com essa volúpia criativa vocês ainda acham que dá para reduzir a carga tributária que sustenta esses contracheques?

Em pauta

Como fica a fidelidade partidária com a criação de um novo partido, como vem sendo comentado no "ninho" do DEM. Quem deixar o partido de origem perde o mandato? Claro que não. Já está na pauta da pré-reforma o estabelecimento de um prazo para troca de partido sem ônus e complicações judiciais.



Floripalegria

Voltei às minhas atividades depois de 10 dias de descanso - agradecendo ao amigo Ney Bueno por comandar a coluna com maestria neste período -, exatamente na festa dos cinco anos do ND no P12 em Florianópolis. Dia lindo, gente bonita, som de qualidade, show inesquecível, alegria, além dos risotos, que a gente se dedicou, acreditem. Veio, indiscutivelmente, para ficar.

Ponto de vista

Serão extintos cerca de 300 cargos na administração estadual, mas criados 200 novos. Qual a vantagem? Na ponta do lápis a extinção representará R\$ 30 milhões a menos para os cofres públicos. O gasto com os novos é de R\$ 11 milhões. Ou seja, uma economia de R\$ 19 milhões.

E agora?

O vereador João Amin cedeu seu assessor de imprensa à deputada Ângela Albino já num processo de aproximação? João Cavallazzi, que afirma se tratar de novos desafios, a partir de hoje coordena a equipe de comunicação da parlamentar que se prepara para as eleições municipais de 2012 em todos os sentidos.

Posse

Nesta terça-feira assume a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável o deputado federal Paulo Bornhausen, que ainda provoca dúvidas entre afeitos à política. Há quem diga que ele deveria permanecer em Brasília onde seria um diferencial e se destacaria na posição de opositor ao governo Dilma. Será? Com a pressão interna no DEM de repente foi a melhor opção visando sedimentar a base, que começa a ser ocupada por lideranças competentes e com planos futuros definidos. Garantindo espaço.

Função

Será que depois do Carnaval o vereador Márcio de Souza assumirá a Secretaria de Turismo de Florianópolis ou continuará sendo o secretário de Turismo da Escola de Samba Grande Rio? Nada contra a bela e criativa Escola que vai homenagear Floripa na Marques de Sapucaí.

Aniversário

Dia 28 de fevereiro foi de muitos cumprimentos ao governador Raimundo Colombo que fez 56 anos. Na Agrônômica fez questão de dividir o bolo com os funcionários que trabalham no local.

Fato

Está levando mais tempo e certamente muito mais dinheiro a reforma da ponte Hercílio Luz do que a sua construção. Virou novela de mau gosto.



Atuante

Elogiável a postura da Fiesc diante de temas importantes que atingem a todos nós. Nos últimos dias foi fundamental na questão das BRs 101 e 470.

Ponto de vista

De repente surgiram algumas insatisfações entre políticos com a maneira como o secretário da Casa Civil, Antonio Ceron vem conduzindo as audiências. Neste momento pelo visto o importante é que o governador Colombo esteja satisfeito, e está.

Para todos

É tanto cargo que chegou a vez dos derrotados nas urnas ocuparem espaço na administração federal. Pelo menos o empenho do PMDB deu certo. Já tem até lista. Um dos problemas segundo o deputado Kennedy Nunes, é que está difícil preencher algumas vagas em Brasília por falta de curso superior dos apadrinhados. Mas contar dinheiro todos sabem...

Lamentável

A propaganda da empresa aérea Avianca refere-se ao espaço entre as poltronas. Dizendo que nos seus vôos o passageiro não vai apertado, para não dizer espremido, se o vôo fosse, principalmente, da Gol. Não deveria servir de apelo, mas tratando-se de Anac, vamos continuar desrespeitados.

A vida segue

Já há uma espécie de campanha para minar o Conselho Nacional de Justiça que em julho muda seus integrantes. Uma forma de enfraquecê-lo tornando-o menos independente. Lamentável.